



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 31/2013

PROCEDIMENTO MPF nº 1.34.009.000636/2012-80

ORIGEM: PRM – PRESIDENTE PRUDENTE / SP

PROCURADOR OFICIANTE: LUÍS ROBERTO GOMES

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

VOTO-VISTA: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

MATÉRIA: Peças Informativas. Notícia de suposto crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203, CP). Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ªCCR). Reclamada condicionou o pagamento de indenização acordada com o reclamante ao ajuizamento de Reclamação Trabalhista, para que houvesse a homologação judicial do acordo. Inexistência de fraude. Caracterizado apenas um artifício para garantir a quitação das obrigações trabalhistas. Não enquadramento da conduta no tipo penal. Atipicidade. Recebimento do declínio de atribuições como arquivamento. Homologação do arquivamento.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, recebe o declínio de atribuições como ARQUIVAMENTO e o HOMOLOGA.

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

Oswaldo José Barbosa Silva

Subprocurador-Geral da República

Titular – 2ª CCR/MPF

AC